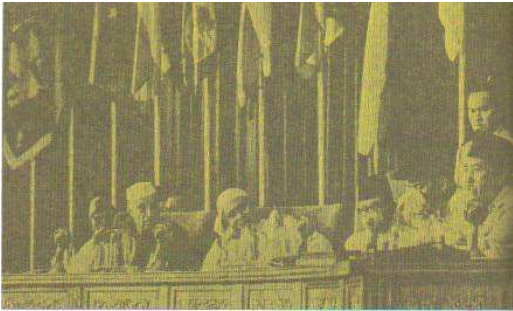


O MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO DOS GUINEENSES

Já vimos que de sempre houve fortes reacções ao Poder Colonial, à medida que a colonização avançava para o interior do território da Guiné.

Mas tal foi o desencanto do povo guineense que, na década de 1950, o desejo de emancipação política foi patente no grande movimento emancipalista como consequência da evolução histórica dos países do Terceiro Mundo, no pós-II Guerra Mundial.

Como consequência da Conferência de Bandung, realizada na Indonésia de 17 a 23 de Abril de 1955, surgiram vários movimentos de libertação nas colónias portuguesas.



Aspecto da Conferência de Bandung, 17 a 23 de Abril de 1955
In Nova História 9

No que à Guiné diz respeito, foram criados os seguintes:

- PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, fundado em 19 de Setembro de 1956, no Bairro de Belém, em Bissau;
- UPG – União Popular da Guiné, fundado em 1958;
- UDC – União Democrática Cabo Verdiana, fundada em 1959;
- MLGCV – Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde, fundado em 1959
- MLG – Movimento de Libertação da Guiné, fundado em 1961;
- UNGP – União dos Naturais da Guiné Portuguesa, fundada em 1962.
- FLING – Frente de Libertação para a Independência da Guiné.

No decorrer do tempo, alguns daqueles Movimentos agruparam-se e fundiram-se, de tal modo que em 1962 apenas estavam em acção autónoma o PAIGC e a FLING, embora o papel principal na luta armada coubesse ao PAIGC.

No mês de Fevereiro de 1964, a FLING, dirigida por François Mendy, e a UNGP tentaram uma aproximação para acções comuns, embora alguns membros preferissem entendimentos com o PAIGC, e, em Outubro do mesmo ano, este movimento e a FLING (dirigida por Henry Labery e Lopes da Silva) promoveram encontros tendo em vista acções comuns. Cinco anos mais tarde, em 5 de Março de 1969, a FLING,

dirigida por Pinto Bull, foi dissolvida, após uma reunião, realizada em Zinguinchor, no Senegal.

Depois de ter estudado agronomia no Continente português, Amílcar Cabral incentivou os primeiros contactos de natureza política tendo em vista recrutar pessoas que estivessem dispostas a engrossar as fileiras do movimento de luta pela libertação da Guiné face ao colonialismo. Os contactos não se limitaram à Guiné e a Cabo Verde. Fê-los também no meio de estudantes das colónias portuguesas, em Lisboa, pelo que a sua influência acabaria por estender-se a Angola, Moçambique e São Tomé.

Um dos meios mais adequados que Amílcar Cabral encontrou foi criar, em Bissau, um clube desportivo e cultural que servisse de base às actividades políticas a desenvolver clandestinamente, tal como tinha feito na «Casa dos Estudantes do Império», em Lisboa. Pedidas as devidas autorizações para legalizar o clube, Amílcar Cabral viu recusada essa pretensão, até porque o documento tinha a sua assinatura e não era da confiança das autoridades de Lisboa e da Guiné.



Em 19 de Setembro de 1956, Amílcar Cabral funda em Bissau (no Bairro de Belém), na clandestinidade, juntamente com seu irmão, Luís Cabral, Aristides Pereira e outros companheiros nacionalistas, o PAIGC—Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

Luís Cabral descreve no seu livro «Crónica da Libertação»⁶⁶ que seu irmão Amílcar, em determinada altura em que a PIDE ainda não estava instalada na Guiné, foi denunciado das suas actividades contra o colonialismo, por um alfaiate, ao Comandante Militar. “Como o acusado era um alto funcionário, o comandante militar transmitiu a informação ao então Governador da Guiné, o oficial de Marinha Diogo de Melo e Alvin. Convocado ao Palácio, o Amílcar teve uma longa entrevista com o governador que, como veio a verificar-se, não tomou quaisquer medidas contra ele”.

Uma vez instalada na Guiné, a PIDE desencadeou uma feroz repressão sobre os nacionalistas guineenses e cabo-verdeanos, como aconteceu no já referido massacre do cais do Pidjiguiti do dia 3 de Agosto de 1959.

Em Setembro de 1960, o PAIGC enviou uma declaração ao Governo português reclamando a autodeterminação da Guiné e Cabo Verde, propondo negociações para a concretização desse objectivo por meios pacíficos. Salazar nem queria saber discutir tal matéria ou outras com os movimentos de libertação dos povos das colónias. Segundo afirmava, tratava-se apenas de «organizações terroristas a soldo de potências estrangeiras».

No dia 6 de Dezembro de 1960, os principais dirigentes dos Movimentos de Libertação realizaram uma conferência em Londres tendo apelado ao governo português para aceitar negociações. Caso contrário a solução seria a via da luta armada. Como Salazar não deu ouvidos às aspirações dos dirigentes africanos nacionalistas, a actividade clandestina acentuou-se cada vez mais com a mentalização do povo e, especialmente, no recrutamento de homens para treinarem a luta futura.

⁶⁶Luís Cabral, «Crónica da Libertação», 1ª edição, Julho de 1984, edições «O Jornal», Publicações Projornal, Lda, Lisboa

Tal era a importância da idealização do nacionalismo que, no início de Dezembro de 1960, saiu o primeiro número do jornal «Libertação», dactilografado e reproduzido em duplicadora, como órgão informativo oficial do PAIGC.

Em finais de 1960, o PAIGC sofreu algumas baixas na sua acção clandestina com a prisão de alguns dirigentes locais. Em Bissorã foram presos Quintino Nozolini e Estêvão Tavares. Mas foi em Fevereiro de 1961 que teve lugar um maior golpe na organização partidária quando, em Bissau, foram presos alguns dirigentes, tais como Fernando Fortes, Epifânio Souto Amado e Inácio de Carvalho.

Os acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961, em Luanda, deram mais ânimo aos dirigentes nacionalistas guineenses. A 3 de Agosto, para marcar o segundo aniversário do massacre de Pijiguiti, o PAIGC decretou a passagem à acção directa contra a presença colonial. Foi, no fundo, o primeiro passo para o desenvolvimento efectivo da luta armada que veio a ocorrer dois anos depois.

Essa decisão constituiu também um acto de solidariedade para com os combatentes angolanos que já tinham iniciado a guerrilha contra a presença colonial portuguesa.

No dia 13 de Outubro do mesmo ano, Amílcar Cabral subscreveu uma carta aberta ao Governo português, chamando à atenção para o facto de o PAIGC ter dado início a acções directas tendo em vista libertar os povos do colonialismo, mas desejando que seria melhor para Salazar aceitar negociar a autodeterminação e independência da Guiné e Cabo Verde. Nessas negociações seriam estabelecidas as bases de cooperação “sincera e mutuamente válida” entre ambos os países.

Algum tempo depois começaram a chegar os primeiros jovens que tiveram preparação militar em Pequim (China). Acabaram por ser os principais comandantes da guerrilha nas diferentes zonas da Guiné e, mais tarde, influentes dirigentes do PAIGC. De entre eles contam-se Domingos Ramos, Osvaldo Vieira, Rui Djassi, Vitorino Costa, Constantino Teixeira, Hilário Gomes (Lolo), Pedro Ramos, Manuel Saturnino Costa, Francisco Mendes (Xico Té) e Nino Vieira.

Um segundo grupo também esteve naquele país a receber treino militar e teoria político-sindical, como foi o caso de Vítor Saúde Maria.

Foi activa a mentalização e mobilização de apoio à luta armada junto dos jovens, funcionários e população em geral, tendo havido em Bissau uma distribuição e colagem profusas de panfletos informativos.

Mas, em 1962, a PIDE desenvolveu uma forte acção de perseguição às estruturas clandestinas do PAIGC, especialmente em Bissau, tendo assaltado a sede e apreendido a lista de militantes, o que levou a que mais de 1.000 tivessem sido detidos. Se a organização sofreu um revés em Bissau, no interior era reforçada a resistência à ocupação colonial. A região de Morés, no Centro-Norte, passou a ser a mais fiel e forte base de resistência, onde “os «homens grandes», os chefes religiosos, homens, mulheres, jovens, todos tomaram o trabalho do Partido com grande convicção patriótica”⁶⁷

Com o pessoal previamente preparado na China, Amílcar Cabral, antes de iniciar a luta armada, dividiu a Guiné em zonas operacionais, tendo em conta delimitações naturais e as populações, atribuindo a direcção político-militar aos seguintes comandantes:

⁶⁷ Idem, página 126.

1 - Zona Sul, dirigida por Nino Vieira, incluía Unal (sede) Quetáfine, Cubucaré, Balana e Komo;

2 – Zona Centro-Sul, a sul do rio Geba, dirigida por Rui Djassi, incluía Quinara (sede), Tite (onde começou a guerrilha desta zona), Cubisseco, Buba e N`Djassani;

3 – Zona do Xitoli, dirigida por Domingos Ramos, incluía o Xitoli (sede) e Bafatá;

4 – Zona Norte, dirigida por Osvaldo Vieira, Chico Mendes, Lolo e Manuel Saturnino Costa, incluía o Oio com sede em Morés;

5 – Zona Leste, dirigida por Vitorino Costa e o seu adjunto Pascoal Alves e Bobo Queita, com sede no Gabu, que era a zona considerada pelo PAIGC a mais difícil pelo facto de muitos régulos Fulas terem uma grande fidelidade ao regime colonial;

6 – Zona Zero, dirigida por Luciano N`Dao, Constantino Teixeira e Pedro Ramos com sede em Bissau⁶⁸.

Não tardou o apoio dos países vizinhos no abastecimento de armamento e, em simultâneo, a implementação de Comités do PAIGC nas Tabancas. Muitas destas ficaram dominadas por aquele Partido – eram as chamadas «zonas libertadas» - ficando cada família obrigada a fornecer arroz ou outro alimento para abastecimento da guerrilha.

O início da Luta Armada - No dia 23 de Janeiro de 1963, teve lugar o primeiro ataque dos combatentes do PAIGC contra o quartel de Tite, sede administrativa da Circunscrição de Fulacunda. O apoio externo era grande desde o início da guerrilha, a qualidade do armamento automático foi surpreendente. A solidariedade africana à Guiné aumentava, especialmente com a criação, em 25 de Maio de 1963, em Adis Abeba, da Organização da Unidade Africana (OUA), tendo sido criado o Comité da Libertação Africana.

O PAIGC continuava a reforçar as suas posições e a reorganizar-se, intentando novas readaptações tácticas para se adaptar às novas realidades em todo o território da Guiné:

- viu-se obrigado a fazer depurações internas expulsando alguns responsáveis de zonas de actividade da guerrilha. O seu comportamento autoritário e abuso junto das populações não agradaram especialmente a Amílcar Cabral. Com tais práticas, o partido estava a ser desprestigiado, pondo em causa a sua imagem, a dos seus dirigentes e a razão de ser da luta pela libertação face ao colonialismo português.

- nos dias 13 a 16 de Fevereiro de 1964, promoveu o seu I Congresso, realizado numa tenda de lona na «Base de Cassaca», em Quetáfine, tendo servido para dar novo alento aos dirigentes da guerrilha que participaram naquele evento. Amílcar Cabral foi reconduzido como Secretário-Geral e Rafael Barbosa ficou como Presidente do Comité Central. “Na manhã do dia seguinte, aviões inimigos lançaram várias bombas dentro do largo onde estivéramos instalados. Não houve vítimas. Já lá não estava ninguém”⁶⁹.

⁶⁸ idem, página 115.

⁶⁹ Idem, página 187.

A partir das decisões do congresso, o partido desenvolveu uma nova etapa na luta tendo criado as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), organizadas em três ramos distintos: o Exército Popular, a Guerrilha e a Milícia.

A missão mais importante do Exército era abrir novas frentes de luta no Leste e no Norte.

A Guerrilha tinha como tarefa fustigar o exército colonial na sua retaguarda e nas localidades onde estava instalado, ou quando saía em patrulhas.

A Milícia Popular tinha a tarefa específica de defesa e segurança das populações das «áreas libertadas». Nestas áreas eram imprescindíveis acções de apoio concreto às populações, tais como desenvolver actividades escolares e na saúde, para as quais os países amigos ofereciam material escolar e medicamentos.

O Governo da República da Guiné, que inicialmente não teve boas relações com o PAIGC devido à crise do contrabando de armas, colocou à disposição deste um local nos arredores da vila de Boké, onde foram treinados elementos da guerrilha, escolhidos pelos dirigentes do PAIGC. Também o Comité de Libertação da OUA, em colaboração com a República da Guiné, criou em Kindia (a 150 quilómetros de Conacri) um centro para a preparação de combatentes do PAIGC, onde alguns jovens sem preparação militar foram treinados.

O dia 16 de Novembro de 1964 marcou o fim dos trabalhos da constituição das primeiras unidades do Exército Popular. Aquele foi o dia do juramento de fidelidade dos guerrilheiros ao PAIGC, com o lema “força, luz e guia do nosso povo, na Guiné e em Cabo Verde”, levados a efeito nos arredores do Gabu, com a presença de Amílcar Cabral. À frente das FARP estavam importantes dirigentes do partido, tais como Domingos Ramos, Chico Mendes, Luís Correia, Lúcio Lopes e Honório Fonseca⁷⁰. Com guerrilheiros melhor preparados, novas frentes de batalha foram implementadas no Gabu (local do juramento); no Boé (Madina, Beli, Cheche - mais a Sul); a Leste; em São Domingos (no Norte).

O recrutamento de soldados e a sua colocação em unidades fora das áreas da sua residência criaram muitas dificuldades de adaptação por razões sócio-culturais, mais acentuado se e quando estavam desintegrados do clã e da tribo. “No Gabu (...) mais de 40% dos efectivos que ali ficaram abandonaram as suas unidades, saindo à procura do caminho para regressar às suas regiões de origem”⁷¹. Para resolver estes problemas, os dirigentes do PAIGC optaram por incentivar o voluntariado de jovens para combaterem essencialmente na sua zona. Mesmo assim, não foi fácil conciliar as necessidades de efectivos de guerrilheiros com o recrutamento que tinha de ser feito pela via do voluntariado e não pela força.

Para conciliar os problemas que se colocavam em todas as frentes de luta, Amílcar Cabral promoveu, em finais de 1965, uma reunião dos guerrilheiros das zonas Sul e Leste e, depois, da zona Norte, tendo em vista ditar as orientações e definir a estratégia que, naquela altura, se impunham. Dessas reuniões saiu um documento com instruções e palavras de ordem que deveriam ser seguidas pelos combatentes. Esse documento intitulou-se «Palavras de Ordem Gerais do Secretário-Geral», contendo matérias desde a luta político-militar até à formação integral dos combatentes.

⁷⁰ Idem, página 230

⁷¹ Idem, página 233

Nos primeiros três meses de 1964, uma das primeiras vitórias da guerrilha desenvolvida pelo PAIGC foi na ilha de Komo.

Para além das armas ligeiras e granadas na posse dos guerrilheiros, a vitória naquela ilha deveu-se à aquisição de morteiros de 82mm e depois metralhadoras pesadas DCK, de 14,5mm.

Os países fornecedores de material de guerra ao PAIGC foram diversificados. O primeiro armamento veio de Marrocos e da Checoslováquia. Depois, foi a União Soviética que mais e melhor apoiou a guerrilha com uma arma fundamental que foi a pistola metralhadora PPCH, de 7,62mm, com carregador de 72 balas.

O PAIGC nunca teve grandes quantidades de armamento em reserva quer nas várias frentes de combate, quer no depósito geral, instalado na República da Guiné. Os fornecimentos aconteciam à medida das possibilidades dos países amigos, por vezes ocorrendo carências de material para o combate diário. “Não era raro acontecer que muitos combatentes só dispusessem das munições que tinham nos seus carregadores, visto o depósito da unidade se encontrar totalmente vazio; também as reservas da retaguarda estiveram muitas vezes completamente desguarnecidas. Nestas ocasiões, a República da Guiné prontificava-se sempre a garantir-nos as quantidades necessárias para aguentar a luta até que nos chegasse nova remessa de material”⁷².

As boas relações de amizade com o Egipto levou este país a fornecer o fardamento para as primeiras unidades da guerrilha no Leste do território. O PAIGC acabou por instalar no Cairo um seu representante, Vitor Saúde Maria que estava no Ghana.

Também do I Congresso saiu o compromisso do Secretário-Geral escrever a letra para o hino do PAIGC, o que aconteceu algum tempo depois, cujos versos são os seguintes:

Sol, suor, o verde e o mar,
Séculos de dor e espr`ança
Esta é a terra dos nossos avós!

Fruto das nossas mãos
Da flor do nosso sangue
Esta é a nossa pátria amada!

Coro:
Viva a Pátria gloriosa!
Floriu nos céus a bandeira da luta!
Avante contra o jugo estrangeiro!
Nós vamos construir na Pátria imortal
A paz e o progresso.

Ramos do mesmo tronco
Olhos da mesma luz
Esta é a força da nossa união!

Cantem o mar e a terra
A madrugada e o sol

⁷² Idem, página 220

Que a nossa luta fecundou!⁷³

No campo da educação o PAIGC implementou escolas nas áreas que dominava. As primeiras escolas apareceram no ano escolar 1964/65. “Não tínhamos livros impressos. Eram elaborados e copiados por responsáveis do Partido afectos ao Secretariado-Geral, e cada monitor levava um exemplar que ele próprio devia reproduzir de acordo com o número dos seus alunos”⁷⁴.

Não tardou para que fossem fornecidos cadernos, lápis, quadros pretos e giz. Já nos anos de 1966 e 1967, o material escolar acompanhava o armamento que era guardado em espaços escavados no chão em zonas arborizadas. Havia pelo menos três tipos de cadernos e uma gramática de língua portuguesa.

Na saúde, o PAIGC não descurou o fornecimento de material diverso e medicamentos. Por exemplo, as seringas eram inquebráveis e adaptadas para injeções endovenosas. A penicilina injectável era de 1.200.000 unidades, enquanto que o exercito português apenas tinha no mato penicilina de 800.000 unidades e seringas de vidro.

O PAIGC teve muitas dificuldades em mobilizar enfermeiros que prestavam serviço em Bissau ou nos centros de saúde oficiais, instalados nas cidades e nas circunscrições do interior. Apenas os mais politizados dignaram-se deixar o conforto dos centros de saúde para se dedicarem ao apoio dos combatentes e populações que o PAIGC dominava. Também foram enviados rapazes e raparigas para a República do Ghana e para a União Soviética com vista a tirarem o curso de socorristas e enfermeiros. Com a deslocação, em Janeiro de 1966, de Amílcar Cabral a Cuba foi possível receber apoio de Fidel de Castro que forneceu, algum tempo depois, não só médicos como também cigarros, açúcar vermelho, fardas verde-oliva, veículos, acompanhados de motoristas, mecânicos e electricistas. “Não tardou muito que toda a gente soubesse que os motoristas dos camiões do PAIGC eram cubanos: eles eram os únicos que conduziam camiões em Conakry fumando charutos!”⁷⁵.

Amílcar Cabral assiste ao treino militar do PAIGC



O PAIGC também se preocupou com a organização de juventude partidária. Por isso, em 1966, no 10º aniversário da fundação do partido⁷⁶, Amílcar Cabral criou a Organização dos Pioneiros, tendo sido aprovados os respectivos estatutos e farda de cores cinzento e azul.

⁷³ Idem, páginas 227 e 228

⁷⁴ Idem, página 244

⁷⁵ Idem, página 252 e 253

⁷⁶ O PAIGC foi fundado no dia 19 de Setembro de 1956 por Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral e outros jovens patriotas da Guiné e Cabo Verde.

Naquele ano de 1966, como a guerrilha na zona Norte, com sede em Morés, era muito mais fraca do que nas zonas Sul e Leste, Amílcar Cabral decidiu ampliar aquela frente de combate aumentando o número de combatentes e solicitando mais apoio da República do Senegal, tendo ficado Luís Cabral responsável pelas ligações com aquele país.

Morés, situada do Centro-Norte, habitada pela tribo *Oinca*, era uma Tabanca com uma forte resistência às tropas coloniais. A orografia irregular favorecia a protecção das populações e dos guerrilheiros, especialmente no centro da base a que chamavam «Avenida da Liberdade»⁷⁷. Mas foi em Morés que alguns dirigentes locais – especialmente Inocêncio Kani (responsável pela base e que era da confiança de Osvaldo Viera que era o chefe do sector) - imprimiram uma disciplina férrea às populações e aos combatentes, que mereceu uma forte reprovação do Secretário-Geral e de Luís Cabral que visitou a base.

Morés era a base fundamental da guerrilha da zona Norte. “A vida tomara ali proporções que abafavam quase totalmente o seu aspecto fundamental de base de guerrilha. Mulheres, raparigas, crianças, velhos, escolas, hospital, tudo estava ali, misturado com os combatentes. A minha impressão, manifestada aos camaradas, era que tudo isso representava um perigo bastante grande”⁷⁸.

O PAIGC estava deveras interessado em fazer publicidade no estrangeiro acerca da luta que desenvolvia nas várias frentes da zona Norte. Para tal, acedeu ao pedido do jornalista italiano, Piero Nelli, promovendo um ataque ao exército colonial para ser filmado. “O encontro com as forças inimigas ia ser filmado, na estrada Mansoa-Mansabá, cujos trabalhos de alcatroamento avançavam com muita dificuldade, sob a protecção do exército colonial. Conduzidos a uma centena de metros da estrada, onde chegaram antes do romper do dia, os cineastas foram instalados de maneira a ter bem claro na objectiva da câmara o ângulo onde deviam actuar os nossos camaradas já emboscados”⁷⁹.

As diversas frentes de combate da zona Norte tornaram-se importantes a tal ponto de Amílcar Cabral ter promovido uma deslocação, no dia 4 de Junho de 1966, à Tabanca de Djagali, na margem esquerda do rio Farim, onde fez um comício.

“No dia seguinte, 5 de Junho, às seis horas da manhã, vários bombardeiros destruíram completamente a *tabanca de Djagali*, fazendo várias vítimas entre a população civil”⁸⁰.

Foi com base em informações de que Amílcar Cabral estaria em Djagali, e na sequência dos bombardeamentos do dia 5, feitos pela aviação portuguesa, que, no dia 6, a CART 1525, instalada em Bissorã, fez a Operação «Florim II» àquela Tabanca, que ficava a cerca de 16 quilómetros, tendo queimado casas, mas sofrendo algumas emboscadas.

O ano de 1966 foi marcado por uma nova ordem regulamentadora como forma de o PAIGC impor maior disciplina aos combatentes. Nasceu, assim, a Lei da Justiça Militar, elaborada pelo próprio Secretário-Geral com a colaboração de dois juristas que colaboravam no Secretariado do Partido. Nessa sequência, foram instituídos tribunais populares nas zonas libertadas e uma Comissão de Justiça e População que funcionava junto do Comité Central do Partido.

⁷⁷ Luís Cabral, página 261

⁷⁸ Idem, página 267

⁷⁹ Idem, página 263

⁸⁰ Idem página 268

Ainda no decorrer do ano de 1966, após um encontro de quadros, o PAIGC promoveu nova reestruturação das frentes de combate com uma organização mais concentrada, acabando, assim, com a dispersão de comandos da guerrilha.

Toda a Zona Sul (a sul do rio Geba) passou a ter um único órgão de direcção e coordenação.

A Zona Norte, assente em Morés, passou a ter sete regiões autónomas e um órgão de direcção e coordenação.

A Zona Leste, com sede em Boé, a cargo de Domingos Ramos, vindo do Xitoli, passou a ter um comando da frente com funções político-militares, a par de actividades sociais junto das populações que procuravam as áreas sob o controlo da guerrilha. A nova zona de comando de Domingos Ramos não lhe foi favorável. Ao programar um ataque ao quartel do exército colonial, no dia 10 de Novembro de 1966, acabou por ser atingido pela artilharia e armas automáticas do contra-ataque, acabando por falecer⁸¹.

Outra medida determinada por Amílcar Cabral foi acabar com as antigas bases da guerrilha, por já não corresponderem às novas formas de luta exigidas no momento. A opção foi reorganizar as zonas e criar pequenos destacamentos de três dezenas de combatentes, podendo juntar-se para acções de maior vulto.

Criou também no seio do Bureau Político do Partido o Conselho de Guerra, órgão destinado a ocupar-se essencialmente da acção armada. Faziam parte os primeiros dirigentes partidários: o Secretário-Geral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Osvaldo Vieira, Chico Mendes, Nino Vieira e Pedro Pires. “A partir do Conselho de Guerra vieram a ser instituídas as delegações do Bureau Político nas três frentes de luta: o Aristides e o Nino para o Sul; eu e o Chico para o Norte; o Osvaldo e o Pires para o Leste”⁸²

O PAIGC estava satisfeito com a Organização da Unidade Africana (OUA) pelo facto desta ter reconhecido aquele partido como único movimento nacionalista da Guiné e de Cabo Verde. Algumas vitórias na luta armada mas também as dificuldades no terreno motivaram o planeamento da deslocação de uma Missão Militar da OUA tendo em vista conhecer a realidade nas frentes de combate.

“A Missão era composta de oficiais vindos dos seguintes países do continente: tenente Djarra, da República da Guiné, capitão Tavares da República do Senegal, um tenente do Reino de Marro e outro da república da Mauritânia. Tinham acabado de visitar as regiões libertadas do Sul do nosso país, quando se apresentaram na fronteira Norte, para também tomarem conhecimento dos imensos problemas da mais vasta frente de luta da Guiné”⁸³.

Descreve Luís Cabral que, na zona Norte, a Missão da OUA chegou primeiro à base de S. Domingos e, depois, dirigiu-se para Djagali, tendo presenciado um bombardeamento do exército colonial. Face a isso, concluiu que a luta armada do PAIGC exigia “armamento mais potente para enfrentar o inimigo nos rios”. A Missão pernitoou na Tabanca de Maqué, tendo muito próximo rebentado uma mina. “Elementos das milícias coloniais africanas de Bissorã tinham-se infiltrado na área, certamente no começo da noite, para colocar a mina anti-pessoal no ponto onde ela acabava de atingir, traiçoeiramente, um jovem auxiliar de enfermagem que pouco tempo pôde sobreviver ao ferimento (...) Morés e Candjambari, as suas *tabancas* destruídas, as barracas do mato, os combatentes e as suas bases; as crianças das escolas bem perfiladas ao

⁸¹ Idem, página 276 e 277

⁸² Idem, página 278

⁸³ Idem, página 288

longo dos atalhos, com os seus sacos de fazenda já coçada, contendo o material escolar; as dificuldades das populações e a decisão do povo de prosseguir a luta, tudo isso preencheu as etapas seguintes da visita à Frente Norte da Missão Militar da OUA”⁸⁴.

Apesar das relações tensas entre o Senegal e a República da Guiné, o PAIGC conseguiu que material de guerra passasse desta república para aquela, na fronteira de Linguerim, em trânsito directo para a frente de combate Norte, uma vez que o governo senegalês não admitiu que o armamento ficasse armazenado no seu território.

O início do ano de 1967 foi marcado pela inauguração da estação de rádio do PAIGC: a «Rádio Libertação»: “O indicativo utilizado era o registo feito da bolanha de Djagali, do som do *bombalon* anunciando a chegada da mensagem da luta”, anunciado pela “voz clara e bem timbrada de Amélia Araújo”⁸⁵.

Leopold Senghor
(Presidente do Senegal)



Sékou Touré
(Presidente da Guiné-Conacri)



Mas a luta armada continuava nas várias frentes com mudanças de tática e melhor apetrechada em armamento e guerrilheiros mais preparados. Para tal foram úteis os técnicos militares cubanos, especialmente os instrutores de artilharia, que visitaram Sili, na região do Biambe, onde o PAIGC instalou um campo de preparação militar. Também visitou a frente Norte o comandante Drake, membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, tendo presenciado treinos no referido campo de preparação militar.

A Tabanca de Iador, na margem esquerda do rio Farim, constituiu sempre uma zona dominada pela guerrilha. “Nem os desembarques regulares dos fuzileiros e outras unidades especiais inimigas, vindas pelo rio que estava bem perto, nem os assaltos das tropas ou dos ladrões armados de granadas, vindos de Bissorã, jamais conseguiram abalar a firmeza da população desta área, dirigida pelo chefe do Comité do Partido, mais conhecido por Braima de Iador” - Braima Camara⁸⁶.

No entanto, quando o exército português acabou por instalar um quartel no Biambe “grande parte das populações daquela área passou a estar sob controlo das forças colonialistas”⁸⁷.

Com vista a assinalar a nova fase da luta de guerrilha, incluindo a distribuição de armas pela população, Amílcar Cabral promoveu, em Outubro de 1967, uma visita a Quetáfine, localidade onde tinha decorrido o I Congresso do PAIGC. Nessa visita “vinha acompanhado do escritor e africanista inglês Basil Davidson, de Mário de

⁸⁴ Idem, páginas 294 e 295

⁸⁵ Idem página 301

⁸⁶ Idem, página 306

⁸⁷ Idem, página 310

Andrade, membro fundador e antigo presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (...)⁸⁸.

Quetáfine era um sector autónomo na organização territorial do PAIGC, sendo naquela altura responsável por aquela zona Pascoal Alves.

O evoluir da guerrilha motivou o PAIGC a adaptar-se estruturalmente a essa realidade, criando o «Corpo do Comando» autónomo para realizar intervenções de maior envergadura sem necessidade de desguarnecer os grupos das várias frentes de combate. À nova estrutura ficaram a pertencer a artilharia mais pesada, em particular os morteiros de 120mm e as recém-chegadas «bazookas T-21». A primeira unidade a ser criada no Norte, com combatentes seleccionados nas várias frentes (apelidados de «peitos-vermelhos»), foi na «base de Cumban-Hory», na região de S. Domingos-Sambuia, onde estiveram técnicos cubanos para treinarem os homens do PAIGC. “A presença dos primeiros dirigentes do Norte exigia um maior cuidado nas medidas de segurança normalmente tomadas. Para isso, foram reforçadas as emboscadas à saída dos quartéis de Begene e Guidage, que ficavam mais perto da base, e criados postos suplementares de vigilância no caminho que vinha do rio”⁸⁹.



Guerrilheiros do PAIGC, durante a Guerra Colonial
In: «Nova História» 9, livro do aluno, 9º ano de escolaridade, Pedro Almiro Neves, Porto Editora

No início do ano de 1968, o PAIGC viu reconhecido o trabalho pela libertação da Guiné-Bissau quando o Comité de Libertação da OUA, reunido em Conacri, aprovou uma moção de felicitações e de encorajamento da guerrilha e assinalou a necessidade de reforçar a ajuda.

O reforço das ajudas internacionais ao PAIGC levaram a uma maior acção com armamento mais potente e de efeitos devastadores nas tropas portuguesas.

Em Fevereiro daquele ano, o Presidente da República, Américo Tomás, visitou Bissau, tendo percorrido a cidade, para fazer crer aos portugueses e ao estrangeiro que Portugal dominava a guerra na Guiné.

Mas precisamente no dia 19 de Fevereiro daquele ano, um grupo de guerrilheiros do PAIGC, especialmente preparado, comandados por André Pedro Gomes e Joaquim N'Com (combatentes do Norte, ambos oriundos de famílias camponesas de Bissau e Bissorã) atravessaram o Rio Mansoa, perto de Bula, e avançaram até ao aeroporto de Bissalanca, em Bissau.

“Com a ajuda dos homens da *tabanca*, o grupo de combatentes pôde fazer uma incursão durante a noite até Bissalanca, conseguindo aproximar-se do arame farpado do aeroporto e colocar ali as suas armas. Cerca das 22 horas, lançaram os primeiros

⁸⁸ Idem, página 313

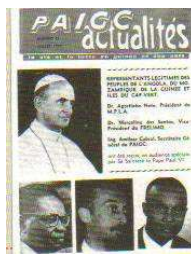
⁸⁹ Idem, página 316

obuses de morteiro contra as instalações militares do aeroporto de Bissalanca⁹⁰, tendo atingido a fachada dos hangares e os aviões estacionados na pista.

Algum tempo depois, os dois comandantes e os restantes guerrilheiros, que conseguiram atingir o aeroporto de Bissau, foram condecorados por Amílcar Cabral, numa sua deslocação à Frente Norte, com a «Estrela Negra da coragem e decisão no cumprimento duma missão». “eram os primeiros a provarem a nossa capacidade de entrar na ilha de Bissau para uma acção armada no coração da presença colonial no nosso país”⁹¹.

Decorriam ainda os primeiros meses do ano de 1968 quando o PAIGC fez prisioneiros oito soldados do exército português, numa emboscada entre Buba e Quebo (junto a Mampatá). “Um dos três prisioneiros libertados em Dakar e entregues ao Presidente da Cruz Vermelha Senegalesa, Rito Alcântara, pertencia ao quartel de Canta Cunda, na região de Bafatá. Este campo fortificado fora de novo atacado a 10 de Abril de 1968, pelas nossas forças de artilharia e infantaria, sob o comando de Braima Bangura. Quando o inimigo se sentiu perdido em face do cerco que se apertava cada vez mais à volta do quartel, onze militares portugueses renderam-se e foram feitos prisioneiros”⁹².

Em cada mês que passava as Forças Armadas portuguesas deparavam-se com uma maior acção da guerrilha, para além do constante apoio de países e organizações internacionais à luta do PAIGC.



Em Junho/Julho de 1970, com a presença de 177 organizações de 64 países, realizou-se em Roma a Conferência Internacional de solidariedade para com os povos das Colónias Portuguesas.

No dia 1 de Julho daquele ano, o Papa Paulo VI recebeu em audiência, no Vaticano, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos. Esta audiência oficial mais não foi do que o reconhecimento dos Movimentos de Libertação da Guiné, Angola e Moçambique pela Igreja Católica, tendo criado uma crispação entre o Governo Português e o Vaticano.

No dia 27 daquele mês, morria Salazar que tinha sido exonerado do cargo de Presidente do Conselho no dia 27 de Setembro de 1968.

Depois de o PAIGC ter promovido a reorganização do seu exército em pequenas unidades destacadas pelo território das várias frentes de luta, eis que, de novo, introduz nova estrutura por entender que o modelo de pequenas unidades já não correspondia à nova realidade da luta armada. Além disso, seria mais eficaz a concentração do armamento, cada vez mais eficiente, tendo em vista produzir mais efeito no decorrer dos ataques ao exército colonial. “Terminados os trabalhos de recenseamento, escolha e armamento dos homens que o deviam constituir, realizou-se na base de Cempeda, na região de S. Domingos-Sambuie, a cerimónia da constituição do primeiro CE a que se deu o número CE 199-A. O comando da unidade foi confiado a Quemo Mané, combatente destacado das Forças Armadas”⁹³.

⁹⁰ Idem, página 324

⁹¹ Idem, página 325

⁹² Idem, página 326

⁹³ Idem, página 346

O PAIGC tinha já uma arma de grande potência, a “GRAD-P, com um alcance de cerca de dez quilómetros e um raio de acção considerável, os foguetões desta arma tinham um poder de destruição”, a que o povo das áreas libertadas deu o nome de «jacto do povo» para contrapor aos aviões a jacto da Força Aérea portuguesa. Foi mobilizada mais de uma centena de combatentes para se ocuparem do manejo da nova arma que foi utilizada pela primeira vez na frente Norte num ataque ao quartel de Mansoa que distava 60 quilómetros de Bissau, sendo as etapas seguintes em Morés e Candjambari. Os homens especialmente escolhidos por Amílcar Cabral para receberem formação no manejo do GRAD-P foram Manecas dos Santos (estudante de engenharia em Portugal) e Joaquim Pedro Silva (Baro) (oficial miliciano do Exército português), ambos originários de Cabo Verde, tendo deixado Portugal “para se juntarem à luta do PAIGC nos matos da Guiné que nunca conheceram antes da guerra”⁹⁴.

O hospital principal da frente Norte ficava na região do Sará, a sul de Morés, para lá da estrada Mansoa-Mansabá-Bafatá. Nele eram feitas as operações mais delicadas por um médico cubano. “Claro que não havia salas esterilizadas; nada havia que pudesse lembrar os locais brancos e brilhantes de limpeza onde os micróbios não chegam. O mato era a nossa casa, a nossa montanha, como dizia o Amílcar, e era também a sala de operação”⁹⁵.

O novo estádio da luta armada exigia alterações na estrutura do PAIGC, nomeadamente alargar os órgãos dirigentes tendo em vista uma participação mais ampla dos dirigentes que exerciam funções nas diversas frentes de combate. A realidade da guerra criava dificuldades nas comunicações e ausência de coordenação no interior do território. Por isso, era necessário um órgão partidário que reflectisse o panorama geral e particular da luta armada. Para tal, foi criado o Conselho Superior da Luta (CSL) que substituiu o Comité Central até então existente. O CSL incluía os membros do Conselho de Guerra, os dirigentes que trabalhavam directamente com o Secretário-Geral, os Comités Nacionais das Regiões Libertadas do Norte e do Sul e os Comandos das três Frentes.

O CSL elegia o Comité Executivo da Luta (CEL), que passaria a ter as funções que, antes, cabiam ao Bureau Político. O CEL tinha uma Comissão Permanente que acompanhava a vida diária do partido.

As FARP- Forças Armadas Revolucionárias do Povo, que agrupavam o Exército, a Guerrilha e a Milícia Popular, foram reestruturadas, passando a partir de 1970 a ser constituídas pelas forças regulares – o Exército Popular, a Marinha Nacional e, mais tarde, a Aviação Militar.

A Guerrilha e a Milícia Popular juntaram-se numa única estrutura denominada «Forças Armadas Locais» (FAL), dirigidas pelo Comité Nacional das regiões libertadas.

Outra experiência que Amílcar Cabral procurou introduzir, tendo em vista maior centralização da direcção operacional das Forças Armadas, foi atribuir funções específicas aos membros do Conselho de Guerra que não faziam parte do Secretariado Permanente do Comité Executivo. Desse modo, Nino Vieira ficou com o pelouro das Operações, Chico Mendes ficou com a pasta da Ideologia, Osvaldo Viera ficou com a Inspeção e Pedro Pires para o recrutamento e Treinos.

⁹⁴ Idem, página 355

⁹⁵ Idem página 368

Só que esta estrutura centralizada não produziu efeitos práticos devido às distâncias que dificultavam as comunicações entre as diversas frentes de combate.

O abastecimento de armas e munições à Região Norte tinha de ser feito através da República do Senegal. Mas havia limitações com muita burocracia que limitava bastante o regular trânsito até ultrapassar a fronteira, a partir da qual seguia em colunas humanas por trilhos de modo a escaparem à vigilância da tropa portuguesa. Com uma frente de combate tão grande, a limitação no abastecimento criava, naturalmente, ruptura de stocks, o que aconteceu algumas vezes. “Fomos obrigados a recorrer à passagem clandestina, tendo como cobertura o transporte de mercadorias, cujo trânsito era praticamente livre. Isto, sem deixar de aproveitar todas as oportunidades que o transporte legal, sob escolta senegalesa, nos oferecia (...) construímos fundos falsos nas carroçarias dos camiões que traziam mercadorias, utilizámos tambores entre os que levavam combustível – os tambores prenhes, como lhes chamavam os camaradas – chegámos até a comprar uma carrinha Volkswagen, que tinha uma grande caixa debaixo da carroçaria que parecia ter sido feita de encomenda para transporte de foguetões do GRAD”⁹⁶.

Por isso, o material de guerra chegou à frente Norte. Mas nem por isso deixaram de surgir problemas no regular fornecimento de armamento e munições.

Foi a partir daquela frente de combate que um grupo de guerrilheiros atacou, pelo menos três vezes, os arredores de Bissau. Em 1971, o PAIGC conseguiu fazer algumas sabotagens no centro da cidade, levadas a efeito por agentes infiltrados, aderentes à causa da independência.

O PAIGC conseguiu, algumas vezes, fazer prisioneiros alguns militares portugueses. “Estiveram detidos em Conakry mais de vinte militares europeus que tinham alimentação especial, com direito a irem à praia, que não ficava longe, uma vez por semana. No pátio do prédio transformado em prisão, havia um campo para desporto, onde faziam exercícios físicos. Muitos aprenderam a ler e a escrever e no fim já eram eles próprios a escreverem às famílias, o que lhes era facultado com a colaboração da Cruz Vermelha Senegalesa e a Cruz Vermelha Internacional”⁹⁷.

Uma das regiões onde o PAIGC sempre teve muitas dificuldades de combater foi a de Canchungo, mais conhecida pelo Chão dos Manjacos. “O acesso à região tornava-se cada vez mais difícil e as munições muitas vezes eram unicamente as que estavam nos carregadores de cada combatente. Os diversos trilhos normalmente utilizados, entre os rios Farim e Mansoa, cortavam a estrada de Bula a S. Vicente (...) as poucas reservas de munições do Chão dos Manjacos esgotavam-se continuamente”⁹⁸.

No início do ano de 1972, o PAIGC declarava que já controlava dois terços do território. Amílcar Cabral declarou no Conselho de Segurança das Nações Unidas, reunido em Fevereiro de 1972, em Adis-Abeba:

“a situação na Guiné «... é comparável à dum Estado soberano que tem certas partes do seu território nacional ocupadas por forças armadas estrangeiras...»⁹⁹.

Para aumentar a credibilidade das declarações do PAIGC quanto às zonas libertadas, bem como receber o reconhecimento da comunidade internacional, a Comissão de

⁹⁶ Idem, páginas 391 e 392

⁹⁷ Idem, página 397

⁹⁸ Idem, página 399

⁹⁹ Idem, página 413

Descolonização da ONU enviou uma missão à zona libertada do Sul da Guiné. “Pela primeira vez na história dos movimentos de libertação africana, a bandeira das Nações Unidas era desfraldada no meio de populações em luta pela sua libertação, no distante sector de Cubucaré do sul da Guiné combatente (...) todas as condições estavam reunidas para o nascimento *de jure* do Estado soberano já existente na nossa terra libertada. O Amílcar tinha amadurecido as suas ideias plenas de originalidade sobre este acontecimento inédito: o Estado devia ser proclamado pelos representantes legítimos do nosso povo em luta, eleitos democraticamente em todo o território libertado; tinha já, desde Agosto de 1972, o apoio do Conselho Superior de Luta para o avanço deste programa de transcendente importância”¹⁰⁰.

A preparação ideológica do povo das zonas dominadas pelo PAIGC foi uma constante desde o início da luta armada. Mas com o evoluir favorável da ampliação das áreas libertadas, cada vez mais evoluía para a criação de uma estrutura representativa do povo aderente à libertação do domínio colonial. Para tal, o PAIGC acentuava as reuniões por todas as zonas tendo em vista a promoção de eleição de conselheiros regionais que, depois de eleitos, escolhiam os deputados para a constituição de uma Assembleia Nacional Popular e a proclamação do Estado.

“A nossa primeira Assembleia ia ser constituída, na sua maior parte, por eleitos saídos do seio do povo trabalhador e combatente, para que ela pudesse exprimir as suas aspirações mais profundas (...) as candidaturas eram apresentadas pelos responsáveis ou pelos próprios interessados. Um a um, o povo ia eliminando os que não interessavam, acabando por escolher o seu candidato oficial (...) uma lista única era submetida às populações que deviam dizer se – SIM ou NÃO – estavam de acordo com ela. Os boletins correspondentes às duas respostas possíveis, de cores diferentes, eram distribuídos aos eleitores, depois de estes se identificarem e serem inscritos na lista eleitoral cujo controlo era exercido pela própria gente do local, que conhecia bem os seus concidadãos”¹⁰¹. A urna estava atrás de um “biombo feito de esteiras”.

“Cento e vinte conselheiros foram seleccionados entre as figuras de maior prestígio entre o povo e os combatentes, para formarem o órgão legislativo constituinte supremo da nossa terra. Eram os primeiros deputados da nossa história e cabia-lhes uma tarefa que não mais se ia repetir: a proclamação do nosso estado da Guiné e a aprovação da sua Lei Fundamental”¹⁰².

Em Março de 1972, Amílcar Cabral dirigiu uma mensagem aos dirigentes do Partido alertando-os para as diversas tentativas das autoridades portuguesas em destruírem o PAIGC por dentro. O Secretário-Geral sabia que dentro das fileiras dos combatentes pela libertação da Guiné havia muitos descontentes devido à dureza e muitos anos de luta armada. Aliás, no livro que tenho vindo a citar, Luís Cabral dá conta de muitos combatentes que desertavam fugindo para a Tabanca para junto da família que, muitas vezes, era a principal impulsionadora daquelas fugas. Outras razões motivariam os combatentes a deixarem os combates ou, então, a procurarem permanecer em locais mais calmos, sempre que tinham oportunidade, nomeadamente fora das frentes de combate: em Boké (República da Guiné), onde estava instalado o Lar do PAIGC, e em Ziguinchor (Senegal), onde estavam os principais armazenamentos de géneros alimentícios e de outras espécies.

¹⁰⁰ Idem, páginas 415 e 416

¹⁰¹ Idem, página 416 e 419

¹⁰² Idem, página 420

O PAIGC procurou sempre mobilizar os homens para a luta armada, cumprindo um dever cívico e razões do ideal da independência, sem que os remunerasse ou limitasse um tempo de “serviço obrigatório”. Como a mobilização tinha como preferência homens novos, o dever de combater era, por assim dizer, ilimitado. Estavam também sujeitos, muitas vezes, à alimentação fornecida pelas pessoas que viviam nas Tabancas que dominavam. Não admira, por isso, a existência de muitos problemas internos, mas sempre ultrapassados pelo apoio em material de guerra, alimentos, medicamentos e material escolar que vinham dos países amigos e que chegavam ao interior da Guiné através do Senegal e da República da Guiné-Conacri.

Entretanto, a OUA, reunida em Rabat, reconheceu aos movimentos de libertação o estatuto de observador nas suas reuniões e, em Abril de 1972, deslocou-se às zonas libertadas uma comissão das Nações Unidas, especialmente constituída, tendo declarado que o PAIGC era o «único representante legítimo dos guineenses». Esta decisão foi confirmada numa reunião plenária do Comité Especial para o Colonialismo, em Agosto do mesmo ano.

Como era importante ter mais apoio das organizações internacionais, Amílcar Cabral deslocou-se, em Outubro de 1972, à ONU, onde proferiu um discurso “perante a Quarta Comissão da Assembleia Geral (...) pediu a «aceitação dos delegados do nosso Partido com a capacidade de membros associados ou de observadores em todos os organismos especializados da ONU», o «desenvolvimento de uma ajuda concreta destes organismos especializados, sobretudo da UNESCO, da UNICEF, da OMS e da FAO, ao nosso povo...», porque sabia que a ser aceite, isso também representava uma vitória para todos os outros movimentos de libertação”¹⁰³.

Em Dezembro de 1972, Amílcar Cabral deslocou-se a Moscovo tendo em vista angariar mais apoio em material de guerra mais moderno, de modo a fazer frente aos meios aéreos das Forças Armadas portuguesas (especialmente os aviões a jacto «Fiat»). E à “meia-noite do dia 31 de Dezembro, o Amílcar dirigia, através da Rádio Libertação, a tradicional mensagem do Ano Novo ao nosso povo e aos combatentes. As suas palavras estavam todas elas impregnadas de êxito que representavam para a luta as eleições realizadas nas regiões libertadas para a constituição da Primeira Assembleia Nacional Popular da história do povo da Guiné. «Mas uma Assembleia, como todo o órgão de qualquer corpo vivo, disse o Amílcar na sua mensagem do novo ano, deve poder funcionar para fazer valer a sua existência. Temos, pois, uma grande tarefa a cumprir no quadro da nossa luta, neste novo ano de 1973: devemos fazer funcionar a nossa Assembleia Nacional Popular»¹⁰⁴.

Mas o ano de 1973 foi fatal para o Secretário-Geral do PAIGC, Amílcar Cabral: foi assassinado, na noite do dia 20 de Janeiro, em Conacri. Sensivelmente dez anos depois do início da luta armada, que se tinha iniciado no dia 23-01-1963.

“ A notícia tinha sido transmitida através da Radio Conakry, pelo Presidente Sekou Touré, e vinha sendo repetida sem mais comentários”¹⁰⁵.

Quem matou Amílcar Cabral?

¹⁰³ Idem, páginas 429 e 430

¹⁰⁴ Idem, página 436

¹⁰⁵ Idem página 437

A versão mais patente quer no seio do PAIGC, quer na Metrópole foi a de que o assassinato foi planeado e mandado executar pela PIDE portuguesa, que se infiltrou no meio social frequentado por Amílcar Cabral.

Outra das versões foi a de quem assassinou Amílcar Cabral foram elementos do próprio PAIGC, com ou sem a intervenção directa da PIDE.

Amílcar Cabral na Madina do Boé
Numa das muitas deslocações que fez ao interior da Guiné



Seja como for, um militante do PAIGC, Fernando Baginha¹⁰⁶, em artigos publicados no jornal «PONTO», nos dias 4 e 18 de Dezembro de 1980, tem uma visão da conspiração que se liga à segunda versão dos factos. Afirma Fernando Baginha, no artigo do dia 18:

“A Esquerda portuguesa adoptou, para seu descanso, até ao 25 de Abril e depois, o esquema geral de «É mau? Foi a Pide». Isto permitia explicar tudo o que não se sabia explicar: Assim, e neste caso, Amílcar tinha sido morto e só havia uma explicação: Foi a Pide. Este foi, aliás, o sentido do primeiro programa da Rádio Libertação do PAIGC, por mim escrito e lido depois do assassinato. E eu, quando escrevi e li, já não acreditava nisso! Sabia, tão bem como todos os que estávamos nessa situação, que a Pide não tinha, directamente, nada a ver com o assassinato. Penso, com isto, não estar a promover a Pide, mas, pelo contrário, estar a retirar-lhe méritos que a Esquerda lhe atribuía, acusando-a permanentemente de poderes conspirativos que na realidade não possuíam”.

Mais adiante refere:

“Foi a compreensão desta contradição insuperável que levou Spínola a investir tanto na «recuperação» de Rafael Barbosa e a deixá-lo à vontade, para continuar a conspirar. Porque Spínola sabia que Rafael Barbosa podia fazer os discursos que fizesse, mas, logo que à vontade, não deixaria de recomeçar uma luta pela qual já pagara sete anos de prisão. Começou, portanto, um «LIBERALISMO», no sentido de se permitir saídas colectivas de Bissau, que, de outro modo, seriam impossíveis, atendendo-se ao dispositivo militar que rodeava a capital da colónia. Só assim se entende que chegassem às linhas do PAIGC grupos de 30 e 40 indivíduos, que vinham de Bissau passando todo este sistema de segurança”.

¹⁰⁶ Jornal «PONTO», 4 e 18/12/1980. Fernando Baginha viveu na Suécia, trabalhando para o PAIGC, durante alguns anos. Em 1972 e 1973 foi professor e director da Escola-Piloto do PAIGC, na Guiné-Conacri. Também foi o autor e responsável pelos programas de propaganda dirigidos aos militares portugueses, através das emissões da Rádio-Libertação do PAIGC.

Prossegue Fernando Baginha:

“Spínola jogava na agudização da contradição que ele sabia existir: quantos mais guineenses do PAIGC mais rápida seria a desagregação do Partido. Amílcar Cabral também o entendeu e até se encontrou por duas vezes com Spínola, no Senegal. Mas o processo já vinha de longe e já era imparável. Spínola, com a sua «Guiné Melhor», conseguiu insinuar a ideia, ao nível dos quadros de guerra, de que sem a unidade Cabo Verde –Guiné algo seria possível. O que, para Portugal, era inegociável era Cabo Verde.

Isto, acrescentando-se ao cansaço de guerra dos quadros militares do mato (como Osvaldo Vieira e Nino Vieira), preparou rapidamente o caminho para o «golpe de Estado sem Estado» que foi o assassinato de Amílcar Cabral”.

Conclui afirmando:

“Desde então, e até à chegada definitiva de Nino ao poder, tudo foram atrasos de percurso:

- Primeiro, o falhanço do golpe de 1973, por oposição de um dos seus apoiantes: Sekou Touré;
- Segundo, o 25 de Abril em Portugal, com o processo de descolonização, que obrigou todos os intervenientes a estarem de acordo;
- Terceiro, a confirmação no poder de Luís Cabral, beneficiando do processo de descolonização e do apoio dos outros países saídos das ex-colónias, no âmbito do CONP;
- Quarto, o apoio que Luís Cabral sempre teve por parte de Francisco Mendes (Chico Té), primeiro-ministro até ao acidente que o vitimou (...).”

Com o assassinato de Amílcar Cabral houve, no interior do PAIGC, um processo de apurar responsabilidades. É o mesmo Fernando Baginha que, no artigo publicado no referido jornal, no dia 4 de Dezembro de 1980, relata alguns factos:

“No dia 19 de Janeiro de 1973, os Serviços de Segurança da Embaixada da Checoslováquia em Conakry avisaram Amílcar Cabral de que teriam sido detectados indícios de conspiração dentro do PAIGC. Cabral avisou o então responsável pela sua segurança para que tomasse precauções. Ele era Mamadu N'Djai, herói nacional, comandante da Frente Norte, três vezes ferido em combate e, de momento, em Conakry, em convalescença do seu último ferimento.

Mamadu N'Djai fez saber directamente aos outros conspiradores que o golpe era conhecido. Assim, tudo foi antecipado e a acção decorreu em plena visita oficial a Conakry de Samora Machel e Joaquim Chissano (este último foi, aliás, membro da comissão Internacional de Inquérito à morte de Amílcar Cabral e da mesa que me interrogou, assim como a Mamadu N'Djai). (...)

O grupo de viaturas que voltava para Conakry, ou para os outros campos do PAIGC, foi interceptado pelo grupo de revoltosos, sendo presos todos os elementos cabo-verdeanos ou com eles conotados. A «promessa», feita no acto da prisão, era: «Vai ser tudo fuzilado». Pela meia-noite, toda a direcção política do PAIGC, de momento em Conakry, estava presa. Mas, aí, deu-se a reviravolta: o exército de Sekou Touré intervém em força, prende todos os elementos do PAIGC (revoltosos e vítimas) e o golpe é parado”.

Fernando Baginha continua a relatar:

“No momento da morte de Cabral encontravam-se em Conakry, nos vários campos do PAIGC, 429 elementos deste movimento; 336 estavam a par da conspiração (...) não era segredo no PAIGC que havia desentendimentos por vezes violentos entre Cabral e Osvaldo Vieira, devido a problemas de condução militar das operações.

Os «homens do mato» eram os executores da guerra e Cabral permitia-se, por vezes depois de longas ausências no estrangeiro, alterar completamente planos já estabelecidos. Para mais, Cabral já não entrava nas zonas libertadas da Guiné-Bissau havia cerca de três anos.

A 20 de Janeiro de 1973, Osvaldo Vieira estava em Conakry. A tudo assistiu, todos o viram, ele viu tudo e não teve um gesto para evitar o que se passou.

Na primeira prisão em que estive, os guineenses comigo presos não disfarçavam a sua preocupação e falavam abertamente. Osvaldo era o nome mais citado (...) Osvaldo Vieira foi para o campo de Madina do Boé sob prisão. Pouco depois, soube-se que tinha morrido de doença do estômago. Na verdade, Osvaldo Vieira foi executado. Ninguém no PAIGC o ignora.

Osvaldo não foi um dos «cinco» executados oficialmente apresentados pelo PAIGC à opinião pública internacional, como responsáveis pela morte de Amílcar Cabral.

Osvaldo foi um (de cerca de uma centena de executados) sem qualquer julgamento, por implicação na morte de Amílcar Cabral”.

Fernando Baginha conclui afirmando:

“No primeiro dia de execuções, após o inquérito do PAIGC, foram executados nas três frentes de guerra (Leste, Norte e Sul) 69 homens. Às circunstâncias em que se deram estas execuções não vale a pena fazer referência. Certamente os inquéritos anunciados agora em Bissau os irão tornar públicos. Mário Cabral, que anunciou os inquéritos em nome do Conselho da Revolução pode ser uma excelente testemunha: ele estava lá, em Madina, onde muitos se deram (...) Sekou Touré não autorizou fuzilamentos em território da República da Guiné. Por isso se deu a divisão pelas três frentes.

Mais ainda, os condenados não sabiam ao que iam. Ao saírem de Conakry, foi-lhes dito que iam para o interior, sem mais explicações. Como disse, o número de fuzilamentos andou à volta de uma centena.

As valas comuns agora descobertas nos arredores de Bissau, são revoltantes e inaceitáveis. Não sei se «Nino» as desconhecia. Mas – isso sei – ele não desconhecia a repressão que se seguiu à morte de Cabral e as valas comuns então abertas.

Não me consta, no entanto, que essas estivessem incluídas nas agora mostradas ao Mundo. E quer «Nino», quer Vítor Saúde Maria, quer Paulo Correia, quer Joseph Turpin, quer Mário Cabral, quer Vítor Freire Correia Monteiro, as conhecem.

O golpe de 14 de Novembro de 1980 não é mais do que a continuação do golpe de 20 de Janeiro de 1973. Quer um quer outro destinavam-se a levar ao poder um homem: NINO”.

O relato de Fernando Baginha, que viveu muitos acontecimentos aquando do assassinato de Amílcar Cabral, é revelador dos complexos conflitos que existiram no seio do PAIGC. Já Luís Cabral se referiu a outras execuções, havidas anteriormente, de elementos da Guerrilha que se revoltavam por razões várias.

Uma das testemunhas do assassinato de Amílcar Cabral é a sua mulher, Ana Maria Cabral. Aristides Pereira também foi atado nessa mesma altura. Ambos relatam à revista do jornal Expresso, de 16 de Janeiro de 1993, os passos mais importantes da hora fatídica.

De regresso a casa, após a recepção da Embaixada da Polónia em Conacri, Amílcar Cabral ao arrumar o seu Volkswagen no telheiro que servia de garagem, foi encadeado com as luzes de um jipe do PAIGC, “de onde saltaram vários militantes armados. Um deles é Inocêncio Kani, um veterano ex-comandante da Marinha. Depois de uma ríspida troca de palavras, Kani dá instruções para amarrarem o secretário-geral. «Podem-me matar mas não consinto que me atem», terá dito Amílcar, segundo o relato da única testemunha presencial viva, Ana Maria, a viúva. Nervoso, impaciente, surpreendido com a resistência de Cabral, Kani dispara a pistola à queima-roupa. Atingido no fígado, Cabral cai. Apelando a uma qualquer força interior, consegue sentar-se; chama por Ana Maria e desafia os adversários para um diálogo. A resposta é uma curta rajada de metralhadora AK: atingido na cabeça, Amílcar Cabral morre.

Entretanto, um segundo grupo, liderado pelo chefe dos guardas, Mamadou N'Diaye, já aprisionara Aristides Pereira. Fortemente atado, é metido numa das vedetas do partido. «Disseram que me iam levar para Bissau». Comandado por Kani, o navio zarpa para norte.

Um último grupo, chefiado por João Tomás, apoderara-se da prisão do partido, conhecida por «Montanha», donde liberta Mamadou Turé («Mono») e Aristides Barbosa – ali detidos desde Junho do ano anterior e que viriam a revelar-se os cabecilhas.

Com a conivência dos guardas e beneficiando da surpresa, os conspiradores controlam as instalações do partido. Regressados da conferência já perto da meia-noite, quase todos desarmados, os dirigentes são detidos aos molhos sem resistência. A «Montanha» vai-se enchendo: Ana Maria, Vasco Cabral, António Buscardini, José Araújo, muitos outros – sobretudo cabo-verdianos e mestiços. A todos uma ameaça: «Amanhã vão ser fuzilados».

No fundo, foi um golpe a partir do interior do PAIGC, tendo em vista tomar o poder da sua direcção, tudo fazendo crer que também estava em causa o afastamento do núcleo duro de militantes de origem cabo-verdeana. Tanto mais que os revoltosos apresentaram-se ao Presidente da Guiné Conacri a informar que eles eram, a partir dessa altura, os dirigentes do PAIGC. Mas Sekou Turé não os reconheceu como tal e mandou criar uma Comissão para investigar as condições em que se deu o assassinato de Amílcar Cabral.

Passada a fase crítica que se seguiu ao assassinato de Amílcar Cabral, e reposta a ordem na direcção política do PAIGC, os principais dirigentes do PAIGC deram continuidade à luta armada e mantiveram as estruturas em funcionamento, dando continuidade à linha então traçada pelo fundador do partido. Embora mantendo-se a guerra fria e conflitos internos, cada vez mais fortes.

O PAIGC desencadeou uma série de operações militares que alteraram profundamente a situação nas diferentes frentes de luta.

“No Norte, como nas outras frentes de luta, tudo dependia do Secretariado – os meios financeiros, os abastecimentos em material de guerra e bens de consumo corrente, etc. (...) a primeira coisa a fazer era, portanto, garantir a vida do Partido na Frente Norte,

em Dakar e em Ziguinchor (...) Felizmente, tinha chegado naqueles dias uma dotação financeira para o Norte e o Senegal. O problema mais importante para mim era garantir o arroz indispensável às necessidades dos três meses que se seguiam (...) e compreendi que não podia haver dúvidas de que o Partido de Amílcar Cabral seria capaz de ultrapassar a maior prova da sua história. Nós, seus companheiros, tínhamos de encontrar forças para cerrar fileiras, e, no caminho por ele traçado, levar o Partido e os nossos povos para as vitórias por ele tantas vezes anunciadas”¹⁰⁷.

Nos dias 18 a 23 de Julho de 1973, realizou-se em Lugadjole, Madina do Boé, o II Congresso do PAIGC, que elegeu, por unanimidade, Aristides Pereira para o cargo de Secretário-Geral, e decidiu convocar a I Assembleia Nacional Popular, eleita nos últimos meses do ano anterior, para proclamar a República da Guiné-Bissau, formar um órgão executivo e elaborar a primeira Constituição do país.



Primeira sede do PAIGC, em Madina do Boé
In «Portugal Divulgação», n.º 8, Março/Abril 1979

Nos dias 23 e 24 de Setembro do mesmo ano e no mesmo local, foi proclamada unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, tendo sido eleito Luís Cabral como Presidente do Conselho de Estado.



Não faltaram países a reconhecer a Guiné-Bissau como país soberano, mantendo-se, entretanto, a luta armada em paralelo com as movimentações de militares das Forças Armadas portuguesas na tentativa de pôr fim a uma guerra sem solução militar previsível. Guerra que só teve fim com o golpe militar em

Portugal, no dia 25 de Abril de 1974.

Tabanca nos arredores de Lugadjole (Madina do Boé)



¹⁰⁷ Idem, páginas 438 e 445

